



ANDRE ALVES LARA

**UM ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA
NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
(PNAE) NO DESENVOLVIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE
BOM SUCESSO - MINAS GERAIS**

**LAVRAS – MG
2017**

ANDRE ALVES LARA

**UM ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA
NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
(PNAE) NO DESENVOLVIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE
BOM SUCESSO - MINAS GERAIS**

Monografia apresentada ao colegiado do curso de
Administração Pública, para obtenção do título de Bacharel
em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Costa de Souza

**LAVRAS – MG
2017**

ANDRE ALVES LARA

**UM ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA
NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
(PNAE) NO DESENVOLVIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE
BOM SUCESSO - MINAS GERAIS**

Monografia apresentada ao colegiado do Curso de
Administração Pública, para obtenção do título de Bacharel
em Administração Pública.

APROVADO em 16 de março de 2017
Dra. Nathalia de Fátima Joaquim UFLA

Dr. Gustavo Costa de Souza
Orientador

**LAVRAS – MG
2017**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por tudo que me proporcionou para que esse momento ocorresse.

Aos meus pais por me ensinarem que a vitória se conquista através de esforço e trabalho.

Ao meu orientador pela dedicação e por acompanhar o meu trabalho indicando o melhor a ser feito.

Aos professores da UFLA que contribuíram para o meu enriquecimento profissional.

Agradeço a todos que me ajudaram.

Obrigado!

RESUMO

Agricultura familiar é denominação dada ao pequeno agricultor que produz e tem sua própria atividade, sendo a família detentora da mão de obra empregada na produção agrícola. A criação de políticas públicas para incentivar esses agricultores nas atividades agrícolas foi necessária para programas que estimulassem os agricultores a permanecer nas suas atividades rurais. O PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) colabora com o desenvolvimento da agricultura familiar na região sendo um incentivo para os agricultores manter seu trabalho no campo. Através do financiamento do governo pelo PRONAF os agricultores produzem variedades de alimentos que vão compor a alimentação dos alunos da educação básica, sendo que o PNAE tem que adquirir 30% dos alimentos da agricultura familiar. A intersetorialidade entre essas duas políticas públicas tem como objetivo trazer melhorias para que ambas consigam desempenhar com eficiência seu papel de promover o desenvolvimento local e melhoria no atendimento às necessidades de uma alimentação de qualidade oferecida aos estudantes. O objetivo deste trabalho é descrever como funciona a intersetorialidade entre o PNAE e a agricultura familiar no município de Bom Sucesso-MG, e analisar o processo de implementação das duas políticas públicas. Na construção deste trabalho utilizou-se de entrevistas com a gestora da Secretaria Municipal de Bom Sucesso e junto a agricultores familiares que fornece alimentos para o PNAE das escolas do município. A metodologia empregada foi a realização de um estudo de caso com suporte de pesquisa documental e entrevistas com a realização da pesquisa conclui-se que a intersetorialidade entre o PNAE e a agricultura familiar tem êxito no município e que a gestão local tem adaptado formas de alcançar os resultados positivos, através do fornecimento do transporte dos alimentos da zona rural até as escolas.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Programa Nacional de Alimentação Escolar; Intersetorialidade.

ABSTRACT

Family farming is a denomination given to the small farmer who produces and has his own activity, the family holding the labor force employed in agricultural production. The creation of public policies to encourage these farmers in agricultural activities was necessary for programs that encouraged farmers to remain in their rural activities. PRONAF (National Program for Strengthening Family Farming) collaborates with the development of family agriculture in the region and is an incentive for farmers to keep their work in the field. Through PRONAF's government financing, farmers produce food varieties that will feed the students of basic education, with the PNAE having to purchase 30% of the food from family farming. The intersectoriality between these two public policies aims to bring improvements so that both can efficiently carry out their role of promoting local development and improving the needs of quality food offered to students. The objective of this work is to describe how the intersectoriality between the PNAE and the family agriculture in the city of Bom Sucesso-MG works, and to analyze the implementation process of the two public policies. In the construction of this work we used interviews with the manager of the Municipal Secretariat of Bom Sucesso and next to family farmers that provides food for the PNAE of the schools of the municipality. The methodology employed was the accomplishment of a case study with support of documentary research and interviews with the accomplishment of the research it is concluded that the intersectoriality between the PNAE and the familiar agriculture is successful in the municipality and that the local management has adapted ways to reach Positive results, through the provision of transport of food from rural areas to schools.

Key words: Family Agriculture; National School Feeding Program; Intersectoriality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização da cidade de Bom Sucesso-MG.....	36
Figura 2	Feira na Praça de Bom Sucesso realizada pelos Agricultores	42
Figura 3	EMATER em Bom Sucesso-MG.....	45

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	OBJETIVOS.....	11
2.1	Objetivo Geral.....	11
2.2	Objetivos Específicos.....	11
3	JUSTIFICATIVA.....	12
4	REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
4.1	Agricultura Familiar.....	13
4.1.1	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.....	17
4.2	Programa Nacional de Alimentação Escolar.....	19
4.3	Intersetorialidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com a Agricultura Familiar.....	27
4.3.1	Intersetorialidade.....	27
4.3.2	Intersetorialidade da Agricultura Familiar com o PNAE.....	28
5	METODOLOGIA.....	33
5.1	5.1 Histórico da cidade de Bom Sucesso MG.....	35
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	38
6.1	A política pública do PNAE e a Agricultura Familiar.....	38
6.2	A merenda escolar no município de Bom Sucesso.....	39
6.3	O PNAE e a Agricultura Familiar no município de Bom Sucesso...41	
6.4	Os Agricultores Familiares e o fornecimento de alimentos para a merenda escolar.....	46
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53
	APÊNDICE.....	56

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) teve sua origem em 1955 ano que assinou o decreto n° 37 106, que instituiu a merenda escolar, uma forma de melhorar a nutrição dos estudantes e ações favoráveis a uma adequada aquisição de alimentos saudáveis na alimentação escolar (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE, 2016).

O PNAE com essas modificações em busca de uma alimentação com qualidade, seja através da elaboração de um cardápio saudável para os estudantes e a criação da lei n° 11.947 de 16 de junho de 2009 referente aos 30% de alimentos sejam provenientes da agricultura familiar (FNDE, 2016).

No passado a elaboração do cardápio dos estudantes não tinha um acompanhamento dos nutricionistas e a partir da política passou a ser obrigatório a presença desses profissionais na elaboração da lista de alimentos adequados para o preparo das refeições dos estudantes de ensino básico.

Para o pleno funcionamento do PNAE são necessários recursos que são repassados através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE, 2016).

O FNDE é um órgão público responsável pela transferência de recursos para o PNAE constituindo uma gestão descentralizada na implementação do programa (FNDE, 2016).

O FNDE delega ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE) a fiscalização nas escolas em relação ao cumprimento dos objetivos do programa (FNDE, 2016).

De acordo com a resolução 026 de 2009, o PNAE tem adotado formas de fazer uma gestão que dê uma resposta eficaz para as escolas no atendimento das carências em relação a incentivar hábitos alimentares saudáveis para as crianças, através de nutrientes que atendam a faixa etária dos adolescentes do

ensino básico, que estão em fase de crescimento e desenvolvimento físico e psicológico (FNDE, 2016).

Com essas premissas, o PNAE busca melhorar o atendimento aos alunos da educação básica ao fornecer refeições de qualidade de acordo com o cardápio e acompanhamento dos nutricionista, ao incentivar uma alimentação saudável.

A intersetorialidade do PNAE com a agricultura familiar tem efeitos positivos ao ajustar as demandas sociais que ambos os programas absorvem, buscando aumentar a efetividade na implementação destas políticas. A intersetorialidade trabalha para que duas políticas públicas sejam complementares ao adaptar formas para incentivar o agricultor familiar a investir para que ambas obtenham resultados positivos na sua implementação e proporcionar uma alimentação de qualidade para os alunos das escolas de ensino básico.

O projeto de pesquisa desenvolvido partiu da seguinte questão problema: quais os fatores que podem contribuir para o êxito da intersetorialidade do PNAE no desenvolvimento da Agricultura Familiar em Bom Sucesso - MG?

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Descrever quais os fatores que podem contribuir para o êxito da intersetorialidade do PNAE no desenvolvimento da Agricultura Familiar em Bom Sucesso - MG.

2.2 Objetivos específicos

- Descrever o histórico do PNAE e as políticas públicas da Agricultura Familiar no município de Bom Sucesso.
- Descrever como funciona a intersetorialidade entre o PNAE e a Agricultura Familiar no município de Bom Sucesso MG.
- Descrever os principais problemas e virtudes na inter-relação entre estas políticas.
- Avaliar a intersetorialidade do PNAE com as políticas públicas da Agricultura Familiar na cidade de Bom Sucesso MG.

3 JUSTIFICATIVA

A justificativa para o projeto se direciona na importância de pesquisar a intersetorialidade entre o PNAE e Agricultura Familiar, ambas responsáveis por absorver as demandas sociais locais de um determinado grupo e gerar uma resposta efetiva da importância desse vínculo e dos benefícios gerados na comunidade local.

Com a promulgação da lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 que determina que o PNAE adquira uma parte dos alimentos para a alimentação escolar provenientes da agricultura familiar, sendo que a lei autoriza a compra de 30% dos alimentos provenientes para a merenda escolar sejam adquiridos dos agricultores familiares.

A pesquisa do PNAE com a Agricultura Familiar no município de Bom Sucesso é relevante para conhecer as virtudes e problemas que afetam outras regiões que não obtêm êxito em implementar a política pública com resultados positivos pelo trabalho em conjunto do PNAE com a Agricultura Familiar.

O trabalho desenvolvido com os agricultores familiares da região de Bom Sucesso juntamente com a Secretária da Educação Municipal e a Emater, pode fornecer elementos para aprimorar estudos e pesquisas sobre a necessidade de fomentar a região ao atrair recursos que são investidos na população do próprio município, gerando desenvolvimento local no município.

A importância de desenvolver estudos que abordam o tema da intersetorialidade, com o objetivo de melhorar a eficiência na implementação das políticas pública e o bem estar social seja consolidado com efetividade.

A intersetorialidade é uma forma dos municípios juntar duas ou mais políticas públicas para implementar com eficiência uma política pública, que vai ao encontro de uma demanda social da população com culturas distintas e que buscam objetivos complementares nas relações estabelecidas .

4 REFERENCIAL TEÓRICO

O trabalho desenvolvido sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar e a Agricultura Familiar, consiste na elaboração de uma pesquisa sobre a intersetorialidade entre os dois programas.

A agricultura na atualidade tem evoluído com as tecnologias de ponta e que demandam altos investimentos por parte dos agricultores, e uma das maneiras de estar incentivando o pequeno agricultor no campo que utiliza de ferramentas menos sofisticadas na sua produção é criar políticas públicas que melhor possam adaptar sua permanência no campo.

A necessidade de atender a uma demanda na alimentação escolar das crianças do ensino básico cria uma relação intersetorial com a agricultura familiar fornecendo alimentos que complementam o cardápio dos estudantes e desenvolvimento da economia local.

O referencial teórico foi dividido em três partes, que consiste em fundamentar o tema com referências de autores que realizaram a pesquisa referente ao PNAE e a Agricultura Familiar.

Assim, o referencial teórico tratará, primeiramente, do tema da Agricultura Familiar; em seguida, será abordado o Programa Nacional de Alimentação Escolar; e, por fim, será tratado o tema da Intersetorialidade entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

4.1 Agricultura familiar

Segundo Souza (2011), as atividades agrícolas no contexto histórico são provenientes das primeiras aglomerações, constituindo um ponto chave para o homem deixar de ser nômade e se fixar no espaço. A agricultura é de grande importância para a humanidade, responsável pela alimentação de bilhões de pessoas no mundo e promove o desenvolvimento de países que tem sua

economia como base agroexportadora.

O estímulo para os pequenos produtores continuarem a produzir e impulsionar o mercado local é um dos objetivos das políticas de incentivo à agricultura familiar.

O mercado da agricultura familiar se expandiu através do Programa Fome Zero que teve início em 2003, e colaborou com a venda dos produtos comercializados pelos agricultores, sendo positiva a estratégia de integração entre os programas da Agricultura Familiar e o Fome Zero, aumentando os canais de venda dos agricultores familiares, colaborando para aumentar a renda e a inclusão econômica e social (OLIVEIRA, 2015).

O programa Fome Zero tinha como objetivo promover a segurança alimentar e nutricional de toda a população brasileira, e promover a integração com outras políticas públicas capazes de colaborar para diminuir o número de pessoas que sofrem da ausência de alimentos (RIBEIRO, 2006).

As políticas públicas para o programa Fome Zero foram planejadas pelo Governo Federal, que tinha como objetivo atender uma população carente de recursos e, o mais agravante, a ausência de uma alimentação saudável (OLIVEIRA, 2015).

O programa Fome Zero define como seu público-alvo 44,043 milhões de pessoas correspondentes a 27,8 da população total do Brasil encontra-se abaixo da linha da pobreza, recebendo menos de um dólar por dia (RIBEIRO, 2006, pg. 164).

As políticas públicas adotadas pelo governo tinham uma função de integração para conseguir resultados positivos e tirar essa população da extrema pobreza.

A aproximação entre agricultores familiares e consumidores

tem promovido uma integração baseada em princípios de sustentabilidade, podendo contribuir com a redução do êxodo rural e da pobreza rural e urbana. A lei nº 11.947/2009, ao tornar obrigatória a compra da agricultura familiar, ampara o produtor quanto à aquisição dos alimentos e cria um meio para que esse possa comercializar seus alimentos, através da dispensa do processo licitatório (SARAIVA et al., 2013, p.3).

A integração das políticas públicas em buscar soluções para a região que tem sua economia centralizada na produção agrícola, pode ser estimulado através do fomento ao financiamento dos agricultores de estar produzindo e gerando renda e emprego local.

As políticas públicas do governo podem ser um caminho para esse agricultor não deixar sua atividade e buscar uma ocupação na zona urbana onde se tem uma maior concorrência de mão de obra.

A implementação da política pública passa a ganhar importância ao incentivar a agricultura familiar e o empreendedor familiar em produzir de forma a gerar uma renda suficiente para proporcionar uma vida de qualidade para sua família.

O conceito de Agricultura Familiar e empreendedor familiar rural é caracterizado como sendo:

De acordo com a Lei nº 11326/2006 (BRASIL, 2006), considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, que: não detenha, a qualquer título, para maior que quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra própria nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo de renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

De acordo com a lei 4.504/1964 (BRASIL, 1964), referente ao estatuto

da terra, o artigo 4º da lei do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - (INCRA), considera a propriedade familiar, o imóvel rural que direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o processo social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalha com a ajuda de terceiros.

A Agricultura familiar é estimulada pelo governo, visando a manter incentivos ao pequeno produtor na produção rural.

Além do capital físico e econômico, a Agricultura Familiar proporciona a possibilidade de manter mais famílias trabalhando no campo com uma quantidade menor de capital financeiro e, conseqüentemente, ocorre a ampliação dos estoques de capital social e delineados em formas de associativismo e formação de cooperativas que incentivem a produção. Isso mostra os grandes desafios em relação à sua eficácia para o desenvolvimento local sustentável. Cerca de 70% de alimentos consumidos no Brasil, são produzidos pela agricultura familiar. E dentro deste contexto que a Lei 11.947 se mostra como um relevante avanço para o fomento da Agricultura Familiar brasileira, considerando suas diretrizes e princípios. Se mostra também como mais uma oportunidade dos agricultores familiares inserirem seus produtos no mercado institucional, tendo assim, a garantia de comercialização dos mesmos (PEIXINHO, 2011, p. 104).

Os agricultores familiares têm buscado inovação com pequenos investimentos para conseguir qualidade e valorização de seus produtos na comercialização de alimentos orgânicos, o que elimina a utilização de agrotóxicos no cultivo das plantações, obtendo um produto saudável para os consumidores.

A produção orgânica brasileira é realizada por 70% dos agricultores que fazem parte de associações ou movimentos sociais com um maior percentual na região Sul do Brasil, onde é produzida a maior parte de produtos orgânicos vindos do fortalecimento da agricultura familiar, sendo favorável por agregar maior valor ao produto devido a ser natural e sem utilização de agrotóxicos,

aumentando a renda dos agricultores e garantindo sua permanência no campo (DAROLT, 2002, citado por TUGOZ, 2016).

4.1.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

O Pronaf é um programa de financiamento do produtor rural que teve início em 2003 a fim de atender uma demanda de agricultores de diferentes realidades sociais, desde os assentados e os tecnicamente vinculados aos mercados agropecuários de forma abrangente, buscando melhorar a produção e a renda dos agricultores (OLIVEIRA, 2015).

O empréstimo concedido pelo governo através do PRONAF incentivou muitos agricultores familiares a produzir para aumentar sua renda. Uma das alternativas para que o produtor rural conseguisse promover mudanças na qualidade da produção e melhorias na valorização de seus produtos, foi a produção de alimentos orgânicos saudáveis e sem a utilização de agrotóxicos.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o PRONAF é um programa que financia a Agricultura Familiar e para ter acesso é necessário que o agricultor esteja cadastrado na Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), realizado pela Emater.

O PRONAF financia projetos da agricultura familiar para aumentar a renda das famílias e fomentar o desenvolvimento local. O empréstimo é uma forma de diminuir as desigualdades.

A agricultura familiar é estimulada a partir do incentivo aos agricultores com empréstimos a juros baixos através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), destinando o fornecimento de créditos de investimento ao micro empreendedor rural com juros baixos, incentivando o pequeno produtor a permanecer na zona rural e a comercializar seus produtos em canais de vendas em instituições públicas (OLIVEIRA, 2015).

Para atenuar as dificuldades, o governo federal criou o mercado institucional para apoiar a produção por meio do aporte de crédito no âmbito do PRONAF e a comercialização e inserção no mercado mediante as compras pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (HONDA; SEPÉDA FILHO; GOMES, 2014, p.192).

Com a criação do PRONAF, a expansão da agricultura familiar foi positiva para fortalecer outras políticas públicas que dependiam do fornecimento de alimentos (COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA, 2015).

O PRONAF tem como um de seus objetivos realizar o financiamento da agricultura familiar, incentivando o crescimento da produção, e aumentar o emprego e renda nas atividades rurais da região onde vai ser implementada a política pública.

O PRONAF visa promover investimentos baseados em compromissos negociados entre os beneficiários, os poderes municipais e estaduais e a sociedade civil organizada para possibilitar: 1- a implantação, ampliação, modernização, racionalização e realocação de infraestrutura necessária ao fortalecimento da agricultura familiar, e 2- a ampliação e cobertura de serviços de apoio, a exemplo da pesquisa agropecuária e da assistência técnica e extensão rural (ABRAMOVAY; VEIGA; 1999, p. 7)

O fortalecimento da Agricultura Familiar tem o governo como o financiador da produção, sendo uma das premissas para o desenvolvimento local da região

O estímulo à produção de alimentos pelo financiamento concedido pelo governo é uma das premissas para incentivar o pequeno produtor rural em produzir alimentos e gerar renda na região e fortalecer a agricultura familiar. Em contrapartida, o governo oferece investimentos para se tornarem protagonistas do processo de crescimento econômico nas regiões em que habitam gerando resultados positivos (ABRAMOVAY, 1999).

4.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública do governo federal, que atende escolas de todo o Brasil, fornecendo merenda escolar para os alunos.

O PNAE tem uma gestão de suas bases pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que atende aos alunos das escolas de nível básico de ensino público, federais, filantrópicas, comunitárias e confessionais do Brasil, oferecendo uma alimentação com qualidade nutricional de acordo com os objetivos do programa. O recurso direcionado ao PNAE tem aumentado nos últimos anos devido ao aumento da demanda crescente no número de alunos a serem atendidos nas escolas e a melhoria da alimentação de qualidade para os alunos (BRASIL, 2014).

São objetivos do PNAE:

Contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período em que permanecem na escola. Tem como objetivos complementares o envolvimento de todos os entes federados (estados, Distrito Federal e municípios) na execução do Programa; estimular o exercício do controle social; dinamizar a economia local, contribuindo para a geração de emprego e renda; respeitar os hábitos alimentares e vocação agrícolas locais (FNDE, 2014, p. 10).

De acordo com o FNDE (2016) - o PNAE é o mais antigo programa do governo na área de alimentação escolar, sendo um dos programas mais abrangentes universalmente.

Segundo Peixinho; (2011), na década de 1920 se deram as primeiras iniciativas de implantação da merenda escolar pelo governo, momento no qual houve discussões sobre a importância da alimentação para as crianças.

Neste período, em São Paulo, o Instituto de Higiene foi protagonista na implantação de métodos de pesquisa e propostas de políticas públicas acerca das questões

alimentares. Este instituto patrocinou estudos detalhados em diferentes países, dando publicidade a valiosos relatórios sobre o assunto (PEIXINHO, 2011, p. 31).

A necessidade de se organizar para criar uma política direcionada à alimentação escolar era necessária para dar os primeiros passos na qualidade do ambiente escolar e melhorar a aprendizagem do aluno.

Com a aprovação da merenda escolar nas escolas de ensino básico, foi implantado em 1955 o Programa Nacional de Alimentação Escolar para reformular a qualidade na alimentação dos alunos.

Em 31 de março de 1955, no mandato do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, foi assinado o decreto que autorizava a criação da Campanha da Merenda Escolar, sendo posteriormente denominado Programa Nacional de Merenda Escolar, tendo como objetivo atender a nutrição dos alunos no período de permanência na escola (NASCIMENTO *ET al.*, 2016).

De 1955 até 1993 a gestão da alimentação escolar era centralizada. Os cardápios eram planejados pelo órgão gerenciador Ministério da Educação, os gêneros eram adquiridos via processo licitatório e a distribuição era realizada para todo o território nacional (SARAIVA *Et al.*, 2013, p.2).

A descentralização da merenda escolar foi necessária e positiva em relação à eficiência no atendimento às demandas da merenda escolar considerando que a gestão e organização local tem um maior controle em relação às demandas da merenda escolar e podendo obter um melhor planejamento e qualidade na alimentação dos estudantes da educação básica.

O PNAE tem um histórico de conquistas ao conseguir melhorar a forma de gestão do programa e levar qualidade alimentar para os alunos.

No ano de surgimento do PNAE em 1955 até o ano de 1994, a maioria dos alimentos oferecidos pelo PNAE não se adaptavam aos hábitos dos estudantes, pelo fato de que os cardápios eram padronizados em nível nacional, sendo o

processo de aquisição de alimentos centralizado. Muitas vezes os alimentos chegavam às escolas impróprios para o consumo, o que aumentava o desperdício. A partir de 1994, houve a descentralização da gestão do programa, sendo designado aos municípios, o que propiciou melhor adequação ao hábito alimentar da população atendida (SZIWELSKI *et al.*, 2015, p.223).

No ano de 1994, é aprovada a lei número 8.913, que estabelece a descentralização dos recursos, sendo que a responsabilidade da execução do PNAE é delegada a Secretaria de Educação dos municípios, dos Estados e do Distrito Federal, visando a possibilitar um melhor acompanhamento do programa (SARAIVA *Et al.*, 2013).

No ano de 2006, passou a ser obrigatório a presença um nutricionista como responsável técnico pelo programa e estendendo essa exigência a todas as entidades executoras. E essa exigência permitiu uma maior qualidade do PNAE no alcance de seu objetivo (BRASIL, 2016).

No ano de 2006 foi estabelecido uma parceria do FNDE com as Instituições Federais de Ensino Superior, culminando na criação dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar, que são unidades de referência e apoio constituídas para desenvolver ações e projetos de interesse e necessidade do PNAE, com estrutura e equipe para execução das atividades de extensão, pesquisa e ensino. Dentre essas atividades, mereceu destaque as capacitações dos atores sociais envolvidos no Programa.

A implementação de melhorias na alimentação escolar foi executada através de uma gestão que buscava atender as demandas do programa adaptando meios eficientes para atender uma alimentação de qualidade e inserir os agricultores familiares como fornecedores de pelo menos 30% de alimentos para o PNAE.

De acordo com a lei n 11.947 / 2009:

O principal avanço na merenda escolar refere-se ao percentual para a compra de alimentos: no mínimo 30% do total de recursos repassados pelo FNDE devem ser

destinados à aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

O incentivo ao agricultor familiar produzir e fornecer seus alimentos para o PNAE visa a manter a sustentabilidade no desenvolvimento local, gerando renda para os agricultores familiares ao criar as políticas públicas favoráveis para que o pequeno agricultor continue na sua atividade.

Quadro 1 - Evolução do PNAE

Período Histórico da Evolução do PNAE	Principais acontecimentos
1940	O programa PNAE tem sua origem no início da década de 40, quando o Instituto de Nutrição defendia a proposta de o governo federal oferecer alimentação ao escolar.
1950	Foi elaborado um abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e o problema da Nutrição no Brasil.
31 de março de 1955	Foi assinado o decreto nº 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação.
1956	Com a edição do decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956, ela passou a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional.
1965	Através do decreto nº 56886/65 surgiu o programa de ajuda americana, entre os quais destacavam-se os alimentos para a Paz, financiado pela agência dos E.U.A para o desenvolvimento internacional, voltado ao atendimento das populações carentes e a alimentação de crianças em idade escolar.
1988	Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos

	os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecido pelos governos Federal, Estaduais e Municipais.
1993	A execução do programa se deu de forma centralizada, ou seja, o órgão gerenciador planejava os cardápios, adquiria os gêneros por processo licitatório, contratava laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e ainda se responsabilizava pela distribuição dos alimentos em todo o território nacional.
1994	A descentralização dos recursos para execução do Programa foi instituída por meio da lei nº 8.913, as quais delegou-se competência para atendimento aos alunos de suas redes e das redes municipais das prefeituras que não haviam aderido à descentralização.
2001	Principais Avanços: A Medida Provisória nº 2178 de 28/06/2001, propiciou grandes avanços ao PNAE. Dentre eles, destacam-se a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo governo federal sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos e o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município.
2006	A exigência da presença do nutricionista como responsável técnico pelo programa, bem como do quadro técnico composto por esses profissionais em todas as entidades executoras.
2009	A sanção da lei nº 11.947 de 16 de junho, trouxe novos avanços para o PNAE, como a extensão do programa para toda a rede pública de educação básica, e a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar
2012	Aumentou o valor repassado aos alunos matriculados em creches e pré-escolas, sob a diretriz da política governamental de priorização da educação infantil.
2013	Publicada a resolução FNDE nº 26, que fortalece um dos eixos do programa, a educação alimentar e nutricional (EAN). Essa medida vai ao encontro das políticas públicas atuais relacionadas à Segurança Alimentar e

	Nutricional (SAN), visto a existência do Plano de SAN, plano Nacional de combate à obesidade e do plano de Ações Estratégicas para o enfrentamento das Doenças Crônicas não transmissíveis (DCNT).
2015	A resolução CD/FNDE n° 4, modificou a forma de aplicação dos critérios para a seleção e classificação dos projetos de venda; estabeleceu o que são grupos formais e informais, de assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas e critérios para desempate; definiu os locais onde deverão ser divulgados os editais das chamadas públicas.

Fonte: FNDE

“No ano de 2000, o PNAE atendia cerca de 37,1 milhões de alunos um investimento de R\$901,7 milhões. Em 2014, foram atendidos aproximadamente 42 milhões de alunos com um investimento de R\$ 3,6 bilhões” (FNDE, 2014).

O PNAE tem buscado melhorar seu atendimento à demanda da merenda escolar tendo um histórico abrangente, pois:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é um programa público com atendimento universalizado, que existe há mais de 50 anos, atendendo a 47 milhões de alunos e despendendo em torno de três bilhões de reais por ano (só de recursos federais), para compra de alimento (TRICHES, 2010, p.20).

O FNDE tem aumentado o repasse de recursos ao PNAE para que seus objetivos sejam atendidos e forneça uma alimentação adequada e alinhada a uma alimentação de qualidade aos alunos.

Segundo FNDE (2013):

O PNAE é o programa de suplementação mais antigo, de maior abrangência e continuidade do Brasil. Em 2012 movimentou 3,3 bilhões para beneficiar 45 milhões de estudantes da educação básica, além de jovens e adultos.

De acordo com a resolução n° 26, de 17 de junho de 2013:

“Serão atendidos pelo PNAE os alunos matriculados na educação básica

das redes públicas federal, estadual, distrital e municipal em conformidade com o Censo Escolar do exercício anterior (FNDE, 2016).

O repasse para a compra dos alimentos para a merenda escolar é realizado pelo FNDE aos municípios com os valores determinados para cada nível de escolaridade dos alunos.

Quadro 2 - Repasse do FNDE para merenda escolar por aluno

Instituições escolares por nível de Ensino	Repasse do FNDE para merenda escolar por aluno ao dia
1- Creches	R\$ 1,00
2- Pré-escola	R\$ 0,50
3- Escolas indígenas e quilombolas	R\$ 0,60
4- Ensino Fundamental, médio e educação de jovens e adultos	R\$ 0,30
5- Ensino integral	R\$1,00
6- Programa Mais Educação	R\$ 0,90
7-Atendimento Educacional Especializado no contra turno	R\$0,50

Fonte: FNDE

A merenda servida nas escolas tem uma gestão descentralizada no planejamento estabelecido no PNAE, visando a absorver a demanda dos estudantes nas escolas da educação básica e proporcionando uma alimentação em conformidade com o cardápio elaborado pelos nutricionistas.

É dever do Governo Federal garantir o cumprimento dos objetivos do PNAE, adotando melhores medidas para atender a demanda de uma alimentação de qualidade para os estudantes da educação básica conviver em um ambiente escolar favorável para o desempenho das atividades escolares e conseqüentemente uma melhor aprendizagem.

No atendimento ao programa do PNAE, a participação da sociedade civil, da escola e de outros atores sociais da educação é imprescindível para buscar melhorias. O cidadão vai exercer sua responsabilidade social, fiscalizando e avaliando o desempenho do programa (QUEIROZ, 2015).

O planejamento do PNAE para atender a variedade de alimentos que cada instituição de ensino demanda para determinado período vai interferir no abastecimento, pois alguns alimentos são produzidos em determinadas épocas do ano e outros sensíveis as alterações climáticas por sazonalidade. Os profissionais responsáveis pela gestão do PNAE devem fazer um planejamento em relação ao cardápio oferecido para os alunos da educação básica, com o objetivo de evitar a falta de alguns alimentos importantes para o preparo das refeições e garantir a oferta estável da qualidade da merenda escolar no decorrer do ano letivo (SARAIVA *et al.*, 2013).

Os agricultores familiares que fornecem alimentos para o PNAE, seguem algumas regras que são exigidas pela Emater na emissão de alguns documentos que dão acesso para o agricultor fornecer alimentos nas escolas da educação básica.

É obrigatório que os fornecedores sejam agricultores familiares organizados em grupos formais como as cooperativas ou associações, detentoras de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em conformidade com a Lei Federal nº 11.326/2006 (TUGOZ; BERTOLINI, 2016).

O PNAE envolve diversos atores sociais que vão ser responsáveis pela

implementação das políticas públicas alinhadas a uma eficiência em melhorar a estrutura do programa, e gestão da qualidade que são envolvidos por gestores públicos, professores, nutricionistas e outros atores sociais que fazem participação na educação das crianças (FNDE, 2014).

Os atores sociais envolvidos no programa vão implementar as políticas públicas de forma a atender as demandas dos alunos da educação básica e propor mudanças se necessário, para uma melhor eficácia no atendimento as demandas da merenda escolar.

A articulação desenvolvida para atender ao programa da agricultura familiar e a intersetorialidade com o PNAE busca manter relações que sejam positivas para o desenvolvimento local.

O PNAE busca cumprir com a legislação, mas na implementação ocorrem imprevistos e dificuldades em manter alinhados a demanda dos Agricultores Familiares por melhores recursos para poder investir e oferecer um melhor atendimento ao programa e os imprevistos que os atores sociais lidam para oferecer uma melhor alimentação para os alunos da educação básica.

4.3 Intersetorialidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com a Agricultura Familiar.

4.3.1 Intersetorialidade

O conceito de intersetorialidade diz respeito à integração de duas ou mais políticas públicas que trabalham em conjunto para absorver as necessidades da população, visando a solução de problemas sociais ao unir duas ou mais políticas públicas com objetivos voltados para atender as demandas da sociedade (SANTOS, 2011).

A união das políticas públicas para atender as necessidades da população é uma modalidade da gestão pública que procura melhorar a qualidade de vida das pessoas através de um trabalho que envolve várias áreas específicas para

poder otimizar recursos públicos e obter resultados mais eficazes através de vários profissionais envolvidos na implementação da solução para os problemas sociais que determinada região não consegue atender sem a intervenção da gestão pública.

A intersetorialidade é uma maneira de trabalhar com as políticas públicas com uma de suas finalidades de garantir o acesso igual aos desiguais e alterar a forma de articulação dos setores da Administração Pública (COMERLATTO, 2007).

A intersetorialidade tem desafios a ser alcançados e que trabalhar com duas ou mais políticas públicas alinhadas para a solução de uma determinada demanda social implica no acordo entre os atores sociais que trabalham para implementar a política pública.

O desafio da intersetorialidade é buscar alinhamento das políticas públicas com seus implementadores para ter consenso entre as partes que vai implementar a política pública, considerando que as dificuldades parte do individualismo, da descentralização das decisões entre os atores sociais envolvidos que não dão prioridade ao conjunto pois cada setor tem dificuldades de comunicação com os demais setores e a falta de união entre os departamentos para buscar as melhores decisões.

Os atores sociais têm dificuldades de lidar com as mudanças dos setores, pois interfere nas práticas e na cultura das organizações ocasionando um ambiente diferente de trabalhar que pede mais exigências de lidar na implantação de um projeto novo, sendo que exige mudanças na organização interna da instituição pública e nos objetivos estabelecidos. (COMERLATTO, 2007).

4.3.2 Intersetorialidade da Agricultura Familiar com o PNAE

O sistema de proteção social brasileiro passa por transformações no

sentido de garantir equidade para os beneficiários e diminuir a pobreza extrema na população de baixa renda.

“Diversos estudos e pesquisas, elaborados por universidades, centros de pesquisa e organismos internacionais tem apontado avanços sociais significativos no Brasil” (FERES, 2013, p.6).

Os avanços em múltiplas dimensões sociais – educação, saúde, trabalho, desigualdade e pobreza – o Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010 apontou a existência de pouco mais de 16 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza no Brasil, metade no campo, outra parte nas cidades, especialmente nas grandes e metrópoles (FERES, 2013, p.6).

A intersetorialidade entre o PNAE e a Agricultura Familiar é importante para atender a uma demanda social da população e incentivar o desenvolvimento local através do fornecimento de alimentos pela agricultura familiar ao PNAE.

O desenvolvimento local é uma necessidade de fomentar determinada região através de políticas públicas do governo, com o objetivo de diminuir a população que se encontra na extrema pobreza e melhorar os índices de inserção dessa população excluída em uma melhor qualidade de vida e incentivo no crescimento local para que essa população seja estimulada a produzir na sua região, diminuindo o número de migrantes para as cidades em busca de outras funções e ocupações.

A necessidade de enfrentar esse passivo social, o governo brasileiro, com a coordenação do MDS e participação de mais de dez ministérios, estruturou em 2011 o Plano Brasil Sem Miséria, articulando ações e programas em frentes de garantia de renda e acesso a serviços e Inclusão Produtiva (FERES, 2013, p.6).

O sistema das políticas sociais brasileiro tem avançado para atender as demandas sociais e diminuir a pobreza na população mais vulnerável economicamente e que estão expostas ao desemprego e trabalhos em condições precárias que não atende as necessidades básicas das pessoas que detém uma

renda baixa.

O PNAE tem incentivado a Agricultura Familiar local, estimulando a produção agrícola para o fornecimento de alimentos necessários para o preparo das refeições dos estudantes da educação básica, visando manter a qualidade dos produtos, os agricultores preservam a qualidade dos alimentos, ao cultivar as hortaliças e outros alimentos responsáveis pelo preparo de uma alimentação saudável para os estudantes, de forma orgânica sem agrotóxico.

O sistema de políticas sociais brasileiro tem avançado na demanda por agendas intersetoriais.

Segundo Luciana Jaccoud (2014, citado por MACEDO 2016, p.7), o atual sistema de proteção social brasileiro assenta-se em uma concepção universalista, de acesso a direitos, mas confrontado por múltiplas demandas, novas agendas e projetos políticos diversos. Caracterizado por uma progressiva densidade institucional, o sistema apresenta três distintos tipos de provisões: garantia de renda, serviços continuados de oferta universal e enfrentamento de desigualdades associadas a públicos específicos. A autora chama a atenção para o fato de que os avanços na agenda da igualdade exigem, assim, políticas públicas ancoradas no princípio da equidade. Mas ressalta também que devem ser consideradas menos as características dos públicos do que a estrutura e a dinâmica de reprodução da desigualdade, quando da opção por políticas específicas (focalizadas) ou políticas amplas (universais) ou a articulação entre elas. Nesse sentido, para a autora, a intersectorialidade vem se afirmando como importante instrumento, de maneira a favorecer uma oferta de ação pública mais qualificada no enfrentamento da desigualdade, ainda que carregada de tensões e desafios entre a agenda universalista e o processo de articulação das políticas de enfrentamento à pobreza (MACEDO, 2014, p.7).

A pobreza pode ser abordada a partir de diferentes perspectivas considerando que “a privação de recursos das pessoas tem consequências adversas para manter seu bem estar ao se confrontar com a privação de recursos considerados essenciais para alcançar os direitos sociais” (FERES, 2013, p.6).

A economia e as relações sociais envolvidas no comércio da agricultura

familiar que geram benefícios mútuos entre os produtores e o comércio local, busca a implementação da política pública intersetorial necessária para o desenvolvimento, independência das famílias e na qualidade de vida dos envolvidos.

O incentivo a agricultura familiar objetivando gerar renda local, tem efeitos positivos se estiver alinhada às necessidades dos agricultores e a uma eficácia na sua implementação.

Os Agricultores Familiares foram o foco da implementação de políticas públicas voltadas para melhorar suas condições no campo, visando eficiência na sua capacidade de produção e gerar renda necessária para a subsistência das famílias.

Os agricultores familiares cadastrados na Emater e junto com a secretária municipal da região responsável pela gestão do PNAE, podem comercializar uma parte de seus produtos. O processo envolve a realização de chamada pública, que consiste em convocar os agricultores familiares para fornecer alimentos para a merenda escolar, considerando uma formalidade da administração pública comprar alimentos da agricultura familiar.

O PNAE foi uma maneira de articulação da integração entre a Agricultura Familiar para fomentar a região e melhorar o índice referente a diminuição da pobreza e incentivar os agricultores a permanecer nas suas atividades rurais.

As evoluções ocorridas na gestão do PNAE, como a descentralização e obrigatoriedade na compra de alimentos básicos foi fundamental para fortalecer o programa e a agricultura familiar. Ressalta-se que de acordo com a lei nº 11.947/2009, gêneros alimentícios básicos são aqueles imprescindíveis à promoção da alimentação saudável (SZIWELSKI et al., 2015, p. 223).

A cooperação entre essas duas políticas públicas traz efeitos positivos ao promover a melhoria dos índices de qualidade alimentar dos alunos, a

diminuição da pobreza local, a reorganização das comunidades, a ampliação da oferta de alimentos de qualidade e a valorização da produção familiar (SZIWELSKI *et al.*, 2015).

5 METODOLOGIA

A pesquisa, de cunho qualitativo, pode ser classificada em relação aos meios de investigação como uma pesquisa bibliográfica e de campo. É considerada uma pesquisa bibliográfica, pois foi desenvolvida a pesquisa com referências em materiais publicados em redes eletrônicas, periódicos, revistas, sites como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Ao ser denominada pesquisa de campo considera que a investigação foi baseada em entrevistas com os agricultores familiares do município de Bom Sucesso-MG e que fornecem alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Secretária Municipal de Educação e a Emater. As entrevistas consistiram em identificar a realidade vivenciada pelos agricultores familiares que fornecem alimentos para o PNAE e outros mercados e fazer uma análise em relação à intersectorialidade presente entre os dois programas sociais.

A pesquisa qualitativa será utilizada como uma forma de analisar e descrever o PNAE através dos materiais que tenham relação com estudos já desenvolvidos sobre o PNAE e a Agricultura familiar.

Segundo Neves (1996), sobre o conceito de pesquisa qualitativa, afirma-se que há um conjunto de fatores que a caracterizam: o ambiente natural como fonte direta de dados, o pesquisador como instrumento fundamental, o caráter descritivo, o significado dado pelas pessoas e o enfoque indutivo. Como decorrência destas características, há uma maior proximidade entre pesquisador e pesquisado, quando comparado à pesquisa quantitativa. Outra característica de diferenciação entre pesquisas quantitativas e qualitativas consiste no método de análise e interpretação dos dados obtidos. Na qualitativa não se utiliza como principal método as ferramentas estatísticas.

Segundo Koche (1997, citado por ZANELLA 2009, p.82) ,

Pesquisa bibliográfica tem a finalidade de ampliar o conhecimento na área, de dominar o conhecimento para depois utilizá-lo como modelo teórico que dará sustentação a outros problemas de pesquisa e para descrever e sistematizar o estado da arte na área estudada.

A entrevista foi realizada na Secretaria Municipal de Educação com a Secretária de Educação e com dois Agricultores Familiares que fornece alimentos para o PNAE e na EMATER foi feita algumas perguntas diretas ao técnico extencionista em relação a DAP.

Foi elaborado um roteiro de entrevistas aos agricultores familiares e para entrevistar a Secretária de Educação de Bom Sucesso com o objetivo de identificar os fatores que contribuem para o êxito do PNAE no desenvolvimento da Agricultura Familiar em Bom Sucesso-MG e o incentivo para fomentar a agricultura familiar da região.

O tipo de pesquisa que foi realizado é considerado um estudo de caso:

A forma que a pesquisa aborda com profundidade poucos objetos de pesquisa, por isso tem grande profundidade e pequena amplitude, procurando conhecer em profundidade a realidade de uma pessoa, de um grupo de pessoas, de uma ou mais organizações (ZANELLA, 2009, p. 86).

A presente pesquisa será do tipo descritiva, sendo analisadas características de um determinado fenômeno, mas não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação, e predominantemente qualitativa, com método de análise de conteúdo da literatura e artigos científicos que deram a base de comprovação dos argumentos citados no trabalho (VERGARA, 2007).

A pesquisa é descritiva pois os procedimentos que serão utilizados, artigos publicados em periódicos, revistas e outras fontes, comporão a base para analisar a realidade que envolve a intersectorialidade do PNAE com a Agricultura Familiar, sendo que essa pesquisa vai descrever o PNAE e a Agricultura Familiar com referência em materiais que permitam descrever os dois

programas.

Quanto ao embasamento da pesquisa pode ser considerado como teórico e teórico empírico, pois na pesquisa há alguns dados que já foram coletados e outros que vão ser coletados em campo, através de entrevistas com os agricultores familiares de Bom Sucesso que fornecem alimentos para o PNAE.

A pesquisa em relação ao tipo de amostragem é considerada não-probabilística por acessibilidade, pois vai utilizar como forma de pesquisa em campo entrevistas com os agricultores familiares que fornecem alimentos para o PNAE, e entrevista com a Emater e a Secretaria Municipal de Educação que é responsável pela gestão do PNAE. Estas entrevistas vão colaborar com os resultados do trabalho.

5.1 Histórico da cidade de Bom Sucesso MG.

Segundo documentos pesquisados sobre o histórico da cidade de Bom Sucesso-MG que relata a passagem da comitiva de D. Antônio Luiz de Távora.

A cidade de Bom Sucesso MG no seu surgimento teve um Histórico baseado pela habitação dos índios.

No ano de 1736 passou na região uma comitiva do conde de Sazerdas D. Antônio Luiz de Távora viajando sentido Goiás, e que ao fazer uma parada acomodou-se as margem direita do rio Pirapitinga, pois naquele momento o tempo estava se fechando para um temporal que fez a comitiva ficar naquele local por alguns dias.

Segundo os documentos do Histórico da cidade de Bom Sucesso, o conde D. Antônio Luiz de Távora identificou que as condições eram desfavoráveis para prosseguir com a comitiva, pois sua esposa estava grávida, e as condições climáticas desfavoráveis.

Com um ambiente conturbado, viu a necessidade de improvisar barracas para alojar e fez uma promessa de construir uma capela e trazer de Portugal a

imagem de nossa Senhora do Bom Sucesso, se o parto de sua esposa ocorresse com sucesso.

O parto de sua esposa ocorreu com sucesso e para cumprir sua promessa, mandou vir na mesma época a imagem da santa. Em torno da capela se formou um povoado que passou a se chamar Campanha de Trás da Serra de Ibituruna do Rio Grande Pequeno e posteriormente veio a se chamar Bom Sucesso.

No período entre 1815 a 1822 o povoado foi aumentando, e o local tinha como fonte principal da economia a lavoura e o comércio.

Figura 1 Localização da cidade de Bom Sucesso-MG



Fonte: Mapa de Bom Sucesso-MG

Segundo dados do IBGE a descrição da cidade de Bom Sucesso-MG.

- População estimada 2016: 17.883
- População 2010: 17.243
- Área da unidade territorial 2015 (Km²): 705,05
- Densidade demográfica 2010 (hab/km²): 24,46

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A apresentação dos resultados da pesquisa foi dividida em tópicos que vão abordar as entrevistas realizadas na Secretaria de Educação de Bom Sucesso-MG, junto a alguns Agricultores Familiares que fornecem alimentos para o PNAE e na Emater com um extensionista técnico que atende a agricultura familiar: Desta forma, dividimos a apresentação dos resultados da seguinte forma: 6.1 A política pública do PNAE e a Agricultura Familiar; 6.2 A merenda escolar no município de Bom Sucesso; 6.3 O PNAE e a Agricultura Familiar no município de Bom Sucesso; 6.4 Os Agricultores Familiares e o fornecimento de alimentos para a merenda escolar.

6.1 A política pública do PNAE e a Agricultura Familiar.

De acordo com a promulgação da lei nº 11.947, “que dispõe sobre o atendimento a merenda escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica”, para uma alimentação de qualidade e o desenvolvimento do aluno nas atividades escolares sejam efetivos. No Art.4º da mesma lei fala dos objetivos do PNAE em “contribuir com o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos”.

Segundo (SZIWELSKI et al., 2015, p. 222);

O PNAE constitui-se em importante estratégia para garantia da segurança alimentar e nutricional, já que promove o Direito Humano à alimentação adequada (DHAA) por meio da alimentação escolar.

Para que os objetivos do PNAE sejam implementados de acordo com a lei 11.947 “ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais durante o período letivo” é um trabalho

realizado pelas escolas no atendimento aos alunos.

6.2 A merenda escolar no município de Bom Sucesso.

As informações referentes a merenda escolar foram coletadas através de entrevistas realizadas na Secretária Municipal de Educação e na Emater de Bom Sucesso-MG.

As escolas municipais, para atender a demanda dos estudantes com uma alimentação de qualidade e diversificada, buscou juntamente com a Emater, que tem como um de seus objetivos fomentar a agricultura local, formas de trabalhar com melhor eficácia nas políticas públicas da Agricultura Familiar para implementar o fornecimento de alimentos provenientes dos agricultores familiares da região de Bom Sucesso-MG para as escolas do município, sendo que a efetividade das ações foram responsáveis por fornecer uma quantidade de alimentos que ultrapassou a lei dos 30% de alimentos provenientes da Agricultura Familiar foram fornecidos nas escolas para o preparo das refeições dos estudantes.

As refeições escolares da educação básica busca atender a todos os estudantes com uma alimentação balanceada através do cardápio elaborado pela nutricionista responsável.

Dados do numero de estudantes atendidos com a merenda nas escolas municipal da educação básica.

Matrículas por nível Escolar:

Quadro 3- Matrículas por nível de ensino (anual)

Ano	Nível escolar	Número de matrículas
2015	Ensino pré-escolar	354
	Ensino Fundamental	2159
	Ensino Médio	682

Fonte: IBGE, 2017

A alimentação saudável dos estudantes é fundamental para o desenvolvimento físico e psicológico e manter hábitos saudáveis de alimentação.

A Secretária Municipal de Educação tem trabalhado em conjunto com a Emater que articula as políticas públicas da Agricultura Familiar e outras funções de sua responsabilidade.

A Emater emite a DAP (declaração de aptidão ao PRONAF) que concede direitos ao agricultor de estar financiando sua produção a juros baixos, estimulando os agricultores a manter sua produção no campo e fornecer as escolas os alimentos de sua produção.

O mercado para os agricultores familiares é restrito a venda para as escolas e em feiras realizadas nos finais de semana na praça central, sendo que alguns agricultores colocam suas bancas para a venda de seus produtos agrícolas e outros agricultores familiares só vendem para as escolas.

O carro disponibilizado pela prefeitura facilita a entrega, sendo que os agricultores não precisam se deslocar até as escolas para realizar as entregas dos produtos alimentícios para o preparo da merenda escolar.

A dificuldade por alguns agricultores de realizar o transporte das mercadorias não estimulam eles a produzirem excedentes para vender em feiras.

Os agricultores destinam um tempo maior para as atividades que envolvem o trabalho com o gado, seja através da ordenha ou o cuidado para manter o gado saudável.

A produção de alimentos para fornecer nas escolas, é destinado um tempo diário para o cultivo sendo considerado uma renda extra para os agricultores que destinam uma grande parte das horas diárias na produção de leite e no trato as vacas para mantê-las sadias e produtivas.

Nas escolas municipais no período compreendido entre 2010 e 2016 já foram comprados uma quantidade expressiva de alimentos, sendo demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 4- Valor pago aos Agricultores Familiar pelo fornecimento de alimentos na merenda das escolas municipal de Bom Sucesso – MG referente ao ano de 2016

Valor Empenhado	Valor Pago
95411,84	63781,88

Fonte: Secretária Municipal de Educação de Bom Sucesso - MG

Os agricultores familiares fornece alimentos nas escolas e uma parte é destinada as feiras livres.

A feira realizada aos sábados no período da manhã é composta pelos agricultores familiares que organizam suas barracas para a comercialização de variados produtos agrícolas como hortaliças, laranja, ovos, mandioca, dentre outros provenientes da agricultura familiar local e que tem sua sede rural próximo da cidade de Bom Sucesso.

Os agricultores têm o transporte próprio o que se torna favorável para realização da feira exposta para comercialização ao público em geral.

Os feirantes em sua maioria são compostos pelas mulheres dos agricultores que dedicam seu período da manhã na comercialização de frutas,

legumes e hortaliças.

Os feirantes na praça tem autorização da prefeitura através do alvará de funcionamento, o que permite a comercialização de seus produtos agrícolas.

6.3 O PNAE e a Agricultura Familiar no município de Bom Sucesso.

A realização de uma entrevista com a Secretaria de Educação Municipal que colabora na implementação da política pública do PNAE com a Agricultura Familiar.

A entrevista consiste na elaboração dos resultados da pesquisa referente a Secretária Municipal de Educação que implementa a política pública do PNAE, através de recursos de repasse do FNDE e a complementação do município de Bom Sucesso-MG para a efetividade da merenda escolar municipal.

Figura 2 Secretária Municipal de Educação e Cultura de Bom Sucesso-MG



Fonte: LARA, Andre Alves. Arquivo Pessoal, 2016.

As perguntas elaboradas na entrevista com a Gestora da Secretária de

Educação consistiu em verificar as ações que levam o município a obter êxito na implementação da política pública do PNAE em conjunto com a Agricultura Familiar.

Quadro 4 - Entrevista com a Secretaria de Educação Municipal

Elementos de análise (Entrevista realizada com a Secretária de Educação Municipal)	Resultados da entrevista
Organização do PNAE no município de Bom Sucesso	- No ano de 2010 a agricultura familiar passou a fornecer alimentos para a alimentação escolar na cidade de Bom Sucesso.
A descentralização da merenda escolar municipal	- A Secretaria Municipal de Educação é responsável pela gestão e organização dos alimentos que vão compor o cardápio dos estudantes da educação básica. - O nutricionista responsável técnico para a elaboração do cardápio, e manter uma refeição rica em nutrientes e saudável para os estudantes.
O trabalho conjunto da Emater com a Secretaria Municipal de Educação	- A Emater de Bom Sucesso é responsável pela emissão da DAP(declaração de aptidão ao Pronaf), documento que permite os agricultores a financiar sua produção agrícola e a fornecer os alimentos para merenda escolar, ao ser classificado como pequeno produtor rural. - A Secretaria Municipal de Educação implementa as ações referente a aquisição de alimentos dos

	agricultores familiares e os alimentos não fornecidos pela agricultura familiar são adquiridos por licitação.
Quantos agricultores familiares fornecem alimentos para as escolas municipal de Bom Sucesso? Numero de estudantes atendidos nas escolas municipal?	- São onze agricultores Familiares que fornece alimentos para as escolas municipal. - São 1681 estudantes atendidos nas escolas municipais, com a alimentação escolar.
A logística empregada para o transporte dos alimentos fornecidos pela agricultura familiar (Entreposto)	- A prefeitura de Bom Sucesso disponibiliza um veículo destinado ao transporte de alimentos da zona rural até as escolas municipal de Bom Sucesso. - O transporte fornecido pela prefeitura é um requisito fundamental para estimular os agricultores a produzir e fornecer os alimentos para as escolas.
Os alimentos fornecidos pelos agricultores familiares	- Os alimentos produzidos pelos agricultores e fornecidos para a alimentação dos estudantes da educação básica é composto por feijão, mandioca, inhame, fubá, banana, laranja, ponkan, alface, couve, berinjela, beterraba, brócolis, cebolinha, salsa.
A chamada pública para participação dos agricultores na venda de produtos agrícolas para as escolas municipal.	- São divulgados na mídia e locais de acesso dos agricultores, como exemplo na Emater, cartazes são pregados em locais de amplo acesso dos agricultores, e comunicação verbal com os agricultores familiares.
O preço pago aos agricultores familiares pelo fornecimento de alimentos nas escolas públicas do município.	- O valor que as escolas pagam aos agricultores pelo fornecimento de alimentos da agricultura familiar, é realizado uma pesquisa local do valor pago pelos alimentos no comercio local, e esse valor serve de referencia

para pagamento aos agricultores.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

A pesquisa realizada sobre o PNAE e a Agricultura Familiar, duas políticas públicas que são implementadas pela Emater e a Secretaria Municipal de Educação, e o FNDE responsável pelo repasse do dinheiro para pagamento das ações desenvolvidas no fornecimento dos alimentos que vão compor a refeição dos estudantes da educação básica, são ações promovidas para incentivar o agricultor familiar local e obter uma renda complementar.

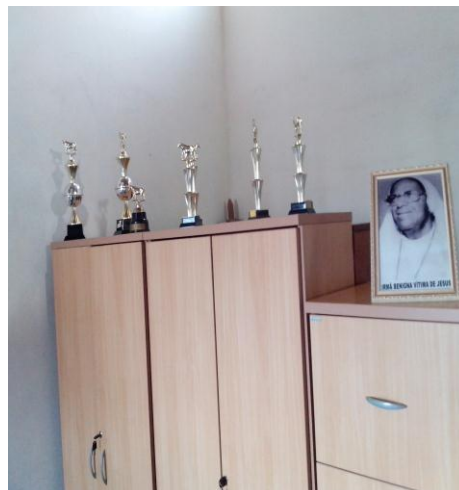
A Emater de Bom Sucesso foi fundamental para realização deste trabalho, ao fornecer informações do trabalho desenvolvido com os agricultores familiares.

A extensionista da Emater esclareceu todo o processo de funcionamento para fomentar as atividades dos agricultores familiares no campo, através da assistência técnica na agricultura possibilita a produção de uma variedade de alimentos com qualidade para as refeições dos estudantes da educação básica.

As imagens foram coletadas nas dependências da Emater de Bom Sucesso.

Figura 3 EMATER em Bom Sucesso-MG

Fonte: LARA, Andre Alves. Arquivo Pessoal, 2016.



Na Emater foi realizado algumas perguntas em relação ao desenvolvimento deste trabalho e que contribuiu para elaboração da pesquisa, através de informações inerentes ao desenvolvimento das ações realizadas com os agricultores familiares para fornecer os alimentos nas escolas.

Os agricultores têm assistência técnica da Emater que dispõe de profissionais capacitados para treinar e orientar os agricultores na melhor maneira de produção e qualidade dos alimentos.

A extensão rural é uma forma de alinhar o conhecimento técnico com a prática junto aos agricultores familiares que dependem de uma boa produção a custos baixos, necessários para que esse agricultor se mantenha atuante no cultivo e produção rural.

6.4 Os agricultores familiares e o fornecimento de alimentos para a merenda escolar.

A Agricultura Familiar no município de Bom Sucesso-MG tem trabalhado em conjunto com a Emater, que incentiva os agricultores a produzir de forma a obter melhores resultados na produção de alimentos e estimular a venda para as escolas que adquire uma parte da compra dos alimentos fornecidos pelos agricultores familiares para o preparo da alimentação escolar.

Os agricultores familiares na região de Bom Sucesso-MG têm passado por um processo de transição, que consiste na vinda do homem do campo para as cidades, devido à falta de perspectivas nas atividades rurais.

Segundo Saraiva (Et al., 2013, p.3), “a aproximação entre Agricultores Familiares e consumidores tem promovido uma integração baseada em princípios de sustentabilidade, podendo contribuir com a redução do êxodo rural”.

A gestão pública tem trabalhado com os agricultores através de políticas

públicas que incentivam a produção na região e a compra dos alimentos pelas escolas, fomentando a produção agrícola na região que tem uma carência de emprego pela existência de poucas empresas que consegue absorver a mão de obra da região, sendo que a economia gira em torno da atividade rural.

Na entrevista com os Agricultores Familiares foram analisados alguns pontos em relação à produção e ao fornecimento de alimentos nas escolas para o preparo da merenda escolar.

Quadro 5 - Entrevista com os Agricultores Familiares

Análise dos principais pontos	Resultados encontrados
Como é divulgado a Chamada Pública para participação dos agricultores familiares para fornecer alimentos nas escolas	1- Através da Emater 2- Na rádio local da cidade 3- Nas conversas entre amigos, transporte escolar.
A venda de alimentos é concentrada no fornecimento para a alimentação escolar	A produção de alimentos atende às necessidades da merenda escolar e nos finais de semana amonta-se feiras livre na praça que contribui para aumentar a venda
As dificuldades de produção de alimentos para atender ao PNAE e suas exigências para fornecimento dos alimentos nas escolas.	As mudanças climáticas entre geada ou excesso de chuva atrapalha a produção seja na qualidade e quantidade. E para entregar alimentos nas escolas exige-se qualidade das mercadorias.
Como é calculado o preço dos alimentos a serem pago pelas escolas	É feito uma pesquisa nos supermercados de Bom Sucesso.
Os preços dos produtos da agricultura familiar fornecidos para o PNAE são proporcionais aos vendidos na feira livre de sábado.	Não, são sempre preços mais baixos.
Os agricultores obtém lucros crescentes com a venda de alimentos para o PNAE	Sim, pois é uma alternativa de renda que complementa com outras atividades desenvolvidas no campo.

A renda dos agricultores familiares com o fornecimento de alimentos para o PNAE permite um retorno satisfatório que consiga investir no processo de produção e aumentar os lucros	Não, pois para os agricultores familiares de Bom Sucesso a compra feita pelo PNAE é fornecido poucos produtos.
Qual seria o impacto para os agricultores familiares e todos os atores envolvidos se o PNAE acabasse hoje? A comercialização da produção dos agricultores familiares seria prejudicada?	Sim, pois a cidade não tem uma venda satisfatória no mercado de feiras livres e a venda para o PNAE contribui para aumentar as vendas dos agricultores familiares.
Qual o maior desafio para os Agricultores Familiares em fornecer alimentos para o PNAE?	A rotatividade das verduras para não faltar em épocas de mudanças climáticas, pois o compromisso é semanal para o fornecimento de alimentos na merenda escolar.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

A lei nº 11.947/2009, “ao tornar obrigatório a compra da Agricultura Familiar, ampara o produtor quanto à aquisição dos alimentos e cria um meio para que esse possa comercializar seus alimentos, através da dispensa do processo licitatório” (SARAIVA Et al., 2013, p.3).

Na entrevista com os agricultores foi observado que a produção de alimentos para o PNAE estimula os pequenos agricultores a manter sua produção, que juntamente com outras atividades desenvolvidas no campo consegue ter uma renda satisfatória para as famílias.

A necessidade de uma união por parte dos agricultores de estarem organizando uma associação para conseguir melhores preços nos produtos e agregar valores nos alimentos produzidos na região é uma maneira de estimular a economia local que demanda de muitos produtos industrializados vindos de outros municípios, que poderia estar sendo processados e comercializados na cidade e municípios vizinhos.

A cidade tem uma forte economia voltada para a área agrária, sendo o café e o leite os principais produtos agrícolas.

A necessidade de incentivos para implementar ações que desenvolva a indústria de alimentos e processamento, da matéria prima produzida na região e transformar em produtos prontos para o consumo final.

A cidade tem uma carência de empregos, pois os jovens, por falta de perspectivas na cidade têm que procurar serviços em outros municípios.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agricultura Familiar no município de Bom Sucesso-MG tem gerado efeitos positivos na implementação das políticas públicas e intersetorialidade com o PNAE.

A Emater em conjunto com a Secretária Municipal de Educação, tem trabalhado no fomento e na união dessas políticas públicas, para estimular o desenvolvimento local e dar incentivos para o produtor rural permanecer produzindo alimentos com qualidade e eficiência, adquirida com a extensão rural que os técnicos da Emater dão orientações aos agricultores em relação as melhores técnicas de produção.

Os agricultores familiares têm melhorado suas técnicas de produção para melhor atender as necessidades da alimentação escolar e produzir alimentos variados.

O êxito do PNAE conseguir o fornecimento de alimentos da Agricultura Familiar é através de um trabalho em conjunto com a Emater, Secretária da Educação e a prefeitura de Bom Sucesso que colabora na implementação de políticas públicas de incentivo ao agricultor familiar em produzir para aumentar sua renda, e fomentar a agricultura local que é a base da economia do município.

A implementação da política pública do PNAE junto com a Agricultura Familiar foi bem sucedido devido as condições favoráveis para intermediar a ligação dos Agricultores Familiares com as Escolas Municipal.

A prefeitura de Bom Sucesso-MG disponibilizou um veículo para buscar os alimentos produzidos pelos Agricultores Familiares, e entregar diretamente nas escolas.

O sucesso alcançado para o fornecimento de alimentos da Agricultura Familiar a merenda escolar demandou um esforço dos atores sociais envolvidos na política pública do PNAE, sendo o papel da prefeitura em disponibilizar um

veículo foi fundamental.

Na conclusão do trabalho que tem como objetivo geral descrever os fatores que contribuem para o êxito do PNAE no desenvolvimento da agricultura familiar em Bom Sucesso-MG. Conclui-se que o êxito do PNAE em adquirir alimentos da Agricultura Familiar para fornecer nas escolas municipais para o preparo da merenda escolar, é devido a um trabalho em conjunto da Secretária Municipal de Educação, Emater e a Prefeitura de Bom Sucesso-MG.

A disponibilidade de um veículo da prefeitura para o transporte de alimentos dos agricultores familiares até as escolas foi uma das dificuldades superadas e que serviu de incentivo para melhorar a produção e fornecer mais alimentos para a merenda escolar.

Os objetivos específicos foram respondidos ao analisar os atores sociais envolvidos com a política pública do PNAE e da Agricultura Familiar, as relações estabelecidas por meio da intersetorialidade e que foram fundamentais para o alcance dos objetivos na implementação das ações realizadas para efetivar o fornecimento de alimentos provenientes dos agricultores familiares locais para a merenda escolar.

Na pesquisa pode-se verificar que o trabalho em conjunto trouxe resultados positivos, mas tem alguns desafios a serem superados, os quais demandam mais investimentos e pesquisa de mercado a fim de desenvolver a região.

A conclusão desse trabalho pôde verificar que a necessidade de ampliar estudos em relação à agricultura e estar contribuindo através de políticas públicas locais que viabilizam transformação da matéria-prima da produção agrícola e agregação de valor, gerando produtos industrializados para o consumidor final, que poderia estar aumentando a oferta de emprego e renda na região.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v.28-29, n.1, p.21, jan/dez 1998 e jan/ago. 1999.

ABRAMOVAY, R; VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**, 1999. 49p. IPEA – Texto para discussão.

BRASIL. **Lei nº 4504**, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, 1964. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4504-30-novembro-1964-377628-norma-atualizada-pl.html>. Acesso dia 20/11/2016.

BRASIL. **Lei nº 11326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2009/Lei/L11326.htm>. Acesso dia 20/11/2016.

CARTILHA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais>. Acesso em: 02 jun. 2016.

CAMPOS, R. A. **Agricultura familiar e políticas públicas: avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Campina da Lagoa / PR**, 2011. 53 p. Monografia apresentada como requisito parcial a obtenção do título de especialista na Pós Graduação Gestão Pública Municipal – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

COMERLATTO, D. ET al. **Gestão de políticas públicas e intersetorialidade: dialogo e construções essenciais para os conselhos municipais**. Revista Katál. Florianópolis, Florianópolis: v.10, n.2, p. 265-271, jul./dez. 2007.

COSTA, B. A. L.; AMORIM JUNIOR, P. C. G.; SILVA, M. G. da. As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. **RESR**, Piracicaba (SP), v.53, n.1, p.109-126, jan./mar. 2015.

DUARTE T. **A possibilidade de Investigação A3: reflexões sobre triangulação metodológica**. CIES-ISCTE, e-working paper. Lisboa, Portugal: v.60, 9. 1-24, 2009.

FERES, J. C.; VILLATORO, P. **A viabilidade de se erradicar a pobreza: Uma análise conceitual e metodológica**, 2013. 87p. Cadernos de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate.

HONDA, Y. F; FILHO SEPÊDA, M. G.; GOMES, S. C. **Estudo da agricultura familiar e as políticas públicas de desenvolvimento como inclusão socioeconômica.** COLÓQUIO ORGANIZAÇÕES, INOVAÇÕES EM DEBATES, 2014.

MACEDO, J. M. et. al., **Intersetorialidade nas políticas sociais:** perspectivas através do programa Bolsa Família, Brasília, 2016. 175p. Cadernos de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate.

MARQUES, A, de. A. et. al. Reflexões de agricultoras familiares sobre a dinâmica de fornecimento de seus produtos para a alimentação escolar: o caso de Araripe, Ceará. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.23, n.4, p. 1329-1341, 2014.

NASCIMENTO, M. C. P. S. Avaliação da adesão e aceitabilidade dos cardápios do Programa de Alimentação Escolar em escolas municipais de Itapetinga – BA: indicadores de desperdício de alimentos. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, Itapetinga (BA), v.20, n.1, p.73-85, jan./abr. 2016.

NEVES, J. L. **Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades.** Caderno de pesquisa em administração. São Paulo: v.1, n.3, 2 sem, 1996.

OLIVEIRA, J. A. de. **Políticas Públicas para a agricultura familiar: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado de São Paulo, Brasil.** 2015. 103p. Dissertação (Mestrado em Geociências e Ciências Exatas) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro SP, 2015.

PEIXINHO, A. M. L. **Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.** 2011. 133p. Tese apresentada à Universidade Federal de São Paulo para obtenção do título de Mestre Profissional em Ensino em Ciências da Saúde, São Paulo, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO. <http://www.bomsucesso.mg.gov.br/> Acesso dia 22/01/2017.

QUEIROZ, T. de. C. V. A busca por uma escola inovadora a partir da merenda escolar. **Organizações e Sociedade**, Iturama (MG), v.4, n.2, p.190-199, jul./dez. 2015.

RIBEIRO, E. A. **Análise das categorias cidadania / direitos, pobreza e assistência social no discurso oficial do programa Fome Zero,** 2006. 163-188p. Tese apresentada a Universidade Estadual do Ceará para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas e Sociedade, Ceará, 2006.

SARAIVA, E. B. ET al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência e Saúde Coletiva**, Florianópolis, SC, v.18, n.4, p.927-936, 2013.

SANTOS, N. N. dos. **A intersetorialidade como modelo de gestão das políticas de combate à pobreza no Brasil**, 2011. 159p. Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública e Governo, São Paulo, 2011.

SILVA, M. G.; DIAS, M. M.; AMORIM JUNIOR, P. C. G. A. Mudanças organizacionais em empreendimentos de agricultura familiar a partir do acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. **RESR**, Piracicaba – SP, v.53, n.2, p. 289-304, abr/jun. 2015.

SOUZA, J. R. M. **A agricultura familiar e a problemática com o atravessador no município de Lagoa Seca – PB: Sítios Oiti, Santo Antônio, Alvinho e Floriano. Universidade Estadual da Paraíba.** p.1 a 55. Campina Grande. 2011.

SZINWELSKI, N. K. et al. Implicações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na renda e organização de agricultores familiares. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v.5, n.2, p. 220-239, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO.
<http://www.bomsucesso.mg.gov.br/> Acesso dia 22/01/2017.

TUGOZ, J. E.; BERTOLINI, G. R. F. Viabilidade financeira de produtos orgânicos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar em Toledo, Paraná, Brasil. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, Maringá (PR), v.9, n.1, p. 117-134, jan /mar. 2016.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. Rio de Janeiro: Atlas, 2007.

ZANELLA, L.C.H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**, 2009. 166p. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista realizado na Secretária Municipal de Educação de Bom Sucesso-MG

1- CONTROLE

- 1.1 Data da entrevista:
- 1.2 Entrevistado:
- 1.3 Função:
- 1.4 Idade:

2- PONTOS

- 2.1 Como era antes da política (PNAE), histórico da merenda escolar em Bom Sucesso?
- 2.2 Quantos agricultores familiares fornecem alimentos para o PNAE?
- 2.3 Qual o critério adotado para convocar os agricultores familiares para fornecer alimentos para o PNAE?
- 2.4 Quais os documentos exigidos pela Emater para os agricultores terem o direito de fornecer alimentos para o PNAE?
- 2.5 Há quanto tempo os agricultores fornecem alimentos para o PNAE?
- 2.6 Os agricultores são da região de Bom Sucesso?
- 2.7 Quais os alimentos para o preparo da merenda escolar são fornecidos pelos agricultores familiares nas escolas do município de Bom Sucesso?
- 2.8 Como é feita a substituição de determinado alimento que não está sendo produzido devido sua sazonalidade (alimentos que produz em uma determinada época do ano)?
- 2.9 Como é feita a logística desses alimentos entre o campo até as escolas?
- 2.10 No município existe o entreposto para flexibilizar e agilizar a distribuição dos alimentos nas escolas municipais ou os alimentos são entregues diretamente nas escolas?
- 2.11 A gestão dos recursos destinados ao PNAE é descentralizado ou

centralizado?

2.12 Os alimentos fornecidos na alimentação escolar alcançam os 30% de acordo com a lei nº 11947, de 16 de junho de 2009 que autoriza a compra deste quantitativo para a merenda escolar sejam adquiridos dos agricultores familiares?

2.13 O município recebe os repasses do FNDE e consegue atender toda a demanda das escolas municipais em relação ao PNAE?

2.14 Qual o valor que é repassado pelo município para complementar o recurso enviado pelo FNDE?

2.15 Quantos estudantes são atendidos pela merenda escolar nas escolas de educação básica do município?

2.16 Qual a maior dificuldade da Secretária Municipal de Bom Sucesso em cumprir a lei dos 30% de alimentos fornecidos pela agricultura familiar?

2.17 Qual seria o impacto para os agricultores familiares e todos os atores envolvidos se o PNAE acabasse hoje?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista realizado com os Agricultores Familiar.

1- CONTROLE

1.1 Data da entrevista:

1.2 Entrevistado:

1.3 Função:

1.4 Idade:

1.5 Desde quando fornece alimentos para o PNAE? _____

2- PONTOS

2.1 Como ficou sabendo do PNAE para participar da chamada pública?

2.2 Antes de fornecer alimentos para o PNAE você vendia seus produtos na cidade? Como?

2.3 Toda sua produção agrícola de sua propriedade é destinada para o PNAE?

2.4 Quais são as dificuldades em produzir alimentos para atender ao PNAE? Tem algumas exigências para fornecimento dos alimentos para a merenda escolar?

2.5 Como se determina o calculo dos preços a serem pagos aos alimentos produzidos pelos agricultores familiares?

2.6 Os valores pagos pelo PNAE aos agricultores familiares acompanham os preços pagos no mercado particular do município?

2.7 Os agricultores familiares conseguem obter lucros crescentes com o fornecimento dos alimentos para o PNAE?

2.8 A renda ganha pelos agricultores familiares com o fornecimento de alimentos para o PNAE permite um retorno satisfatório que consiga investir no processo de produção e aumentar os lucros e a produção dos agricultores familiares?

2.9 Qual seria o impacto para os agricultores familiares e todos os atores envolvidos se o PNAE acabasse hoje? A comercialização da produção dos agricultores familiares seria prejudicada?

2.10 Qual o maior desafio para os agricultores familiares em fornecer alimentos para o PNAE?